



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

INSPEÇÃO CORREICIONAL
UPJ DAS VARAS CRIMINAIS DA COMARCA DE SANTARÉM

Comarca	SANTARÉM
Unidade inspecionada	Unidade de Processamento Judicial – UPJ das Varas Criminais da Comarca de Santarém
Competência	Criminal – Portaria n. 3912/2022-GP, de 21/10/2022, publicada no DJE de 25/10/2022.
Data da Inspeção/Edital	20 a 23/11/2023 – Edital n.11/2023-CGJ publicado no DJE de 03/10/2023.
Responsável pelo preenchimento do questionário na Unidade	Genildo Sousa Miranda – Secretário Geral



Foto: Fachada do Fórum Des. Ernesto Adolpho de Vasconcelos Chaves



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

1. INFORMAÇÕES GERAIS (Dados funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz(a) de Direito Coordenador(a) Geral/Período de designação:

Anotação da Unidade: Rômulo Nogueira de Brito

Observação da Corregedoria: O Exmo. Sr. Dr. Rômulo Nogueira de Brito, Juiz Titular da 2ª Vara Criminal de Santarém é o Coordenador Geral da UPJ, designado pela Portaria n. 3913/2022-GP, de 25/10/2023.

1.2. Afastamentos do(a) Juiz(a) de Direito Coordenador(a) Geral nos últimos 03 (três) meses:

- a) Férias: não houve
- b) Folgas compensatórias: não houve
- c) Licenças: não houve

Observação da Corregedoria: O magistrado Rômulo Nogueira de Brito durante a inspeção se encontrava em gozo de férias (período de 11 a 30/11/2023) e o magistrado Wallace Carneiro de Sousa se encontrava respondendo pela Coordenação da UPJ (Portaria n. 4633/2023-GP, de 27/10/2023).

PORTARIA Nº 4633/2023-GP. Belém, 26 de outubro de 2023.

Considerando o gozo de férias do Juiz de Direito Rômulo Nogueira de Brito.

DESIGNAR o Juiz de Direito Substituto Wallace Carneiro de Sousa para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 2ª Vara Criminal de Santarém, UPJ das Varas Criminais de Santarém e Comarca de Prainha, no período de 11 a 30 de novembro do ano de 2023.

1.3. Qual foi o último período de plantão em que houve atuação do(a) Juiz(a) de Direito Coordenador(a) Geral?

Anotação da Unidade: 2ª VCRIM/STM/PA- Período de 23 a 26/10/2023 – Portaria 028/2023 de 29/09/2023.

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Anotação da Unidade:

01- SEFIN-informação de boletos pendentes – 1ª vara criminal

02- CGJ-pedido de providências 0003570-98.2023.2.00.0814-bens apreendidos – 1ª vara criminal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

03- Relatório de pós-fiscalização judicial virtual – 2ª vara criminal

Observação da Corregedoria: A servidora Claudiana Hage, Diretora de Secretaria da Corregedoria Geral de Justiça, em exercício, expediu certidão nos seguintes termos: “*Certifico, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "Santarém – Upj das Varas Criminais - TJPá", foi localizado nesta Corregedoria expediente administrativo em tramitação a saber: PP 0000000945-91.2023.2.00.0814-correição ordinária”*

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre o (a) Juiz(a) de Direito Coordenador(a) Geral e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

Anotação da Unidade: O magistrado realiza reuniões mensais

2. CORPO FUNCIONAL:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria/UPJ CRIMINAL

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/ estagiário/terceirizado)
Secretaria Geral da UPJ	
Genildo Souza Miranda – Secretário Geral	Efetivo – Analista Judiciário
Total	01
Núcleo de Atendimento	
Mauro Liberal de Almeida – Coordenador	Efetivo – Analista Judiciário
Suellen Gualberto de Sousa	Efetivo – Auxiliar Judiciário
Daniela Gotardo Duarte	Estagiária (voluntária – convênio Direção do Fórum/UNAMA SANTARÉM)
Total	03



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Movimentação Processual	
Maria Madalena Rodrigues Lopes – Coordenadora	Efetivo – Auxiliar Judiciário
Regina Damasceno Oliveira de Souza	Efetivo – Analista Judiciário
Danielle Martins Marinho Paiva	Efetivo – Analista Judiciário
Total	03
Núcleo de Cumprimento e Audiências	
Ediane Nogueira Campos – Coordenadora	Efetivo – Analista Judiciário
Walter José Nunes Vidal	Efetivo – Auxiliar Judiciário
Erisvaldo Silva da Costa	Efetivo – Analista Judiciário
Grace Patrícia Neves Henrique	Efetivo – Analista Judiciário
Eneida Maria Monteiro da Silva	Efetivo – Analista Judiciário
Gabriela Koch da Mota	Estagiária (remunerada)
Ana Karolina Rocha Gamboa	Estagiária (remunerada)
Yasmin de Jesus Silva Carvalho	Estagiária (remunerada)
Vitória Erich Back Silva	Estagiária (remunerada)
Randy Davi Nogueira Campos da Silva	Estagiário (voluntária)
Jucilene Pereira da Silva	Estagiária (voluntária)
Sofia Sousa Barros	Estagiária (voluntária)
Luana Andrade Marques	Estagiária (voluntária)
Total	13

Observação da Corregedoria: As estagiárias Ana Karolina Rocha Gamboa e Yasmin de Jesus Silva Carvalho (estagiárias remuneradas) terão seus contratos encerrados em dezembro/2023. Os estagiários voluntários cursam bacharelado em Direito na UNAMA SANTARÉM e executam funções na UPJ em razão de convênio com a Direção do Fórum.

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). **Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? Quais as metas estabelecidas?** (anexar planilha dos últimos 03 meses)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: Não há servidor em teletrabalho pela UPJ Criminal

2.3. Como é feito o controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial?

Anotação da Unidade: Através de planilha de produtividade, conforme controle de produtividade de outubro/2023, em anexo.

Observação da Corregedoria: O Secretário Geral da UPJ gerencia e controla a produtividade diária dos servidores através de planilha própria, alimentada todo dia pelos servidores. O Secretário foi orientado a verificar a produtividade dos servidores também pelo Painel de Gestão de Atividades do PGJ, oficiando à Secretaria Geral de Pessoas para ajuste de eventuais lotações de efetivo exercício dos servidores que compõem os Núcleos da UPJ.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais porventura identificados na última correição da Unidade de Processamento Judicial? Qual a última movimentação do expediente?

Anotação da Unidade: Não

Observação da Corregedoria: A UPJ das Varas Criminais se encontra instalada em uma sala ampla, que possui banheiro, encontrando-se os servidores distribuídos em estações de acordo com as funções que exerce.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

Dados: Painel de Gestão Judiciária em 20/11/2023

Unidade	1ª Vara Criminal	2ª Vara Criminal	3ª Vara Criminal	ACERVO TOTAL UPJ
IEJud	90,35	91,65	82,01	-
Total de processos que compõem o acervo ativo	1.656	1.766	594	4.016
Total de processos	404	395	149	948



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente - 1ª Vara				
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	2.060	2.161	743	4.964
Total do acervo com prioridade	150	173	172	495
Total de processos em PP+100 (informar índice)	21 (1,27%)	02 (0,12%)	00 (0,0%)	23 (1,39%)
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	12	02	00	14
Total de processos conclusos para o(a) magistrado (a)	203	163	04	370
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	09	00	00	09
Total de processos envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	00	00	00	00
Total de processos	127	120	102	349



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

julgados e não baixados				
Total de processos baixados nos últimos 12 meses	407	528	244	1.179

Observação da Corregedoria:

1ª Vara Criminal - Análise de processos paralisados na UPJ há mais de 100 dias:

O PGJ aponta **12 (doze)** feitos paralisados há mais de 100 dias em UPJ e que pertencem ao acervo da 1ª Vara Criminal. Foram analisados por amostragem os processos n. 00034514920198140051 (146 dias), n. 00010608720208140051 (102 dias) e n. 00016677120188140051 (102 dias).

Nº do Processo	Data do Processo	Classe de Ação	Situação	Instância	Assessor
00034514920198140051	2023	100	EM ANDAMENTO	100A	279 - PROCURADOR
00010608720208140051	2023	100	EM ANDAMENTO	101C	281 - Ação Penal
00016677120188140051	2023	100	EM ANDAMENTO	101C	281 - Ação Penal
00034514920198140051	2023	100	EM ANDAMENTO	101C	281 - Ação Penal
00034514920198140051	2023	100	EM ANDAMENTO	101C	281 - Ação Penal
00034514920198140051	2023	100	EM ANDAMENTO	101C	281 - Ação Penal
00034514920198140051	2023	100	EM ANDAMENTO	101C	281 - Ação Penal
00034514920198140051	2023	100	EM ANDAMENTO	101C	281 - Ação Penal
00034514920198140051	2023	100	EM ANDAMENTO	101C	281 - Ação Penal
00034514920198140051	2023	100	EM ANDAMENTO	101C	281 - Ação Penal
00034514920198140051	2023	100	EM ANDAMENTO	101C	281 - Ação Penal
00034514920198140051	2023	100	EM ANDAMENTO	101C	281 - Ação Penal

Na análise por amostragem realizada, verificou-se que no processo n. 00034514920198140051, apontado pelo PGJ como processo paralisado em UPJ há 146 dias) constatou-se que foi proferido despacho em **01/03/2023** pelo magistrado titular da 1ª Vara Criminal, determinando que a UPJ comunicasse ao Setor de Arquivo Regional do TJPA em Santarém que localizasse a mídia física dos autos, considerando sua não localização nos autos digitais. O despacho foi cumprido no dia **02/06/2023**, com a expedição de ofício à Divisão de Arquivo. No dia **14/11/2023** foi lançada certidão nos autos pela Secretaria da UPJ, nos seguintes termos: **“CERTIDÃO - CERTIFICADO** para os devidos fins, usando das atribuições que me são conferidas por lei, que muito embora conste da lista de processos paralisados em Secretaria no Relatório de Gestão Judiciária, não há ato ou diligência a ser realizada por esta Unidade de Processamento Judicial, e este processo se aguardando juntada de mídia pelo Setor de Arquivo. Santarém/PA, 14 de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

novembro de 2023. **REGINA DAMASCENO OLIVEIRA DE SOUZA.** Servidor da Secretaria da UPJ Criminal da Comarca de Santarém.” Recomenda-se que, em situações semelhantes, a Unidade faça conclusão dos autos ao magistrado, uma vez que o lançamento de certidão na situação reportada se trata de providência que apenas movimentava o feito para fins de retirada da listagem de processos paralisados há mais de 100 dias, sem ato decisório que o impulse, o que deve ser evitado.

O segundo processo mais antigo em PP +100 e pertencente ao acervo da 1ª Vara Criminal é o de n. 00010608720208140051 (102 dias), com audiência redesignada para o dia 19/01/2024, considerando a ausência do réu na audiência designada para o dia 10/07/2023.

O terceiro feito com paralisação há mais de 100 dias é o de n. 00016677120188140051 (102 dias), em que houve a revogação da prisão do réu conforme decisão proferida em 18/07/2023, tendo sido designada audiência para o dia 26/01/2024.

2ª Vara Criminal - Análise de processos paralisados na UPJ há mais de 100 dias:

O PGJ aponta 02 (dois) feitos paralisados há mais de 100 dias em UPJ, os processos n. 00085411420148140051 (158 dias) e n. 00087779720138140051 (138 dias).

The screenshot shows the dashboard of the Tribunal de Justiça do Estado do Pará, specifically the 'PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU'. The dashboard includes a sidebar with navigation icons, a main content area with statistics, and a table of processes.

Statistics:

- PP+100 - Processos Paralisados há mais de 100 dias: 0,12%
- Paralisados +100 dias: 2
- Acervo Paralisado: 1.612
- Acervo Ativo: 1.612

Table: Lista de processos paralisados há mais de 100 dias

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TIPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SITUAÇÃO	SITUAÇÃO
00085411420148140051	2014	158	EXCADO	1070	201 Ação Penal
00087779720138140051	2012	138	EXCADO	1070	201 Ação Penal

Filters:

- Em Gabinete (0 dias): 0
- Resoluções (0 dias): Todos
- Signat (0 dias): Todos
- Autos 100% Digital (0 dias): Todos
- Resoluções (0 dias): Todos
- Máximo de processos: Todos

No feito n. 00085411420148140051 (158 dias em PP+100) foi verificado que se encontrava pendente de providências após a devolução dos autos ao Juízo de origem em **01/04/2022**, com decisão proferida



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

em 14/12/2021 pelo Exmo. Sr. Des. Rômulo José Ferreira Nunes, não admitindo recurso especial interposto. O último andamento do feito se trata de registro de certidão equivocada em **16/06/2023** com a anotação “expedir guia definitiva”, considerando que não se tratava de réu preso. A situação foi repassada ao senhor Secretário da UPJ que, imediatamente, adotou providências efetuando a juntada do comprovante de cadastro do mandado de prisão do réu no BNMP.



Com relação ao processo n. 00087779720138140051 (138 dias em PP+100), da mesma forma, trata-se de processo devolvido ao Juízo de origem em **29/06/2023**, após o trânsito em julgado de decisão proferida pelo STJ que deu provimento ao recurso especial interposto pela Defesa do réu. De igual forma, o senhor Secretário adotou providências para impulso do feito, com a expedição de guia de execução definitiva e encaminhamento à VEP Santarém.



3ª Vara Criminal – Não há feitos paralisados há mais de 100 dias na UPJ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária (entrada de feitos/ distribuição/ redistribuição)*

Período apurado: Meses de agosto à novembro até a data da Inspeção

Unidade	1ª Vara Criminal	2ª Vara Criminal	3ª Vara Criminal	TOTAL UPJ
Total de processos distribuídos e redistribuídos (Fonte: PGJ – 21/11/2023)	353	359	143	855
Acervo de cartas precatórias ativas	33	21	08	62
Total de processos julgados (Fonte: PGJ – 21/11/2023)	166	210	100	476
Total de processos baixados definitivamente do acervo (período de 01/08 a 2011 – Fonte: Painel do PIB – 21/11/2023)	173	169	96	438

4.3. PRODUTIVIDADE NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES DOS(AS) MAGISTRADOS(AS) DAS UNIDADES QUE COMPÕEM A UPJ

Painel de Gestão Judiciária/ identificar a produtividade individualizada por magistrado que tenha atuado na Unidade no período

Período apurado: 20/08/2023 a 20/11/2023

Atos processuais	1ª Vara Criminal	2ª Vara Criminal	3ª Vara Criminal	TOTAL UPJ
Decisões interlocutórias	538	705	426	1.669
Despachos	1.005	517	300	1.822
Sentenças com resolução de mérito	116	94	72	282
Sentenças sem resolução de mérito	03	00	28	31
Audiências realizadas	163	214	34	411
Sessões de Júris realizadas	-	-	24	24

Observação da Corregedoria: Quantitativo de despachos da 1ª Vara Criminal acima da média justifica-se em razão do fato de que foram proferidos despachos designando audiências em ANPP, processos com devolução de fiança e movimentação de feitos que compõem a Meta 2.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na Unidade? Em caso positivo, anexar cópia.

Anotação da Unidade: O Secretário Geral da UPJ e os Coordenadores de Núcleos acompanham diariamente os índices da gestão judiciária. Os Gabinetes também realizam ações visando atualizar as metas do CNJ.

Observação da Corregedoria: As metas nacionais se encontram nos seguintes índices:

1ª Vara Criminal: todas as Metas cumpridas, à exceção da Meta 10, necessidade de julgar 01(um) feito



2ª Vara Criminal: todas as Metas cumpridas





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

3ª Vara Criminal: Nenhuma meta cumprida



6. ROTINA DE TRABALHO DA UPJ:

6.1. Sobre o fluxo processual assinala as etapas que são operacionalizadas:

- Fluxo processual: triagem, conferência e correção de cadastro de classes e assuntos processuais;
- Conferência e registro de todas as informações de todos(as) os(as) réus(rés) (*nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, RG e último endereço*)
- Análise, controle e tempo médio para análise de processos vindos do Gabinete;
- Movimentação processual;
- Elaboração de minutas e revisão;
- Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- Gestão do acervo: são controlados os prazos de vencimento de benefícios?
- Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
- Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba “*Informações Criminais*”

6.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? *(Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)*

Anotação da Unidade: Não há informação de instauração do procedimento à vara

6.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? *(Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)*

Anotação da Unidade: Atendimento pessoal, balcão virtual, telefone fixo (93) 3064-9271 e celular (91) 8010-1236

Observação da Corregedoria: O atendimento é realizado pelos servidores lotados no Núcleo de Atendimento da UPJ. O email da UPJ é upjcrimsantarem.atendimento@tjpa.jus.br

6.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando nas Unidades que compõem a UPJ? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? *(Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação do nome do réu, número do processo, capitulação penal, registro INFOPEN/BNMP, data da prisão, estabelecimento de custódia, última movimentação e data da mais recente revisão da necessidade de prisão, conforme dispõe o artigo 316 do CPP)*

Anotação da Unidade:

1ª Vara-EXISTEM 12 PROCESSOS COM 13 PRESOS PROVISÓRIOS NA UNIDADE JUDICIÁRIA.

2ª Vara- EXISTEM 12 PROCESSOS COM 22 PRESOS PROVISÓRIOS NA UNIDADE JUDICIÁRIA.

3ª Vara-EXISTEM 80 PROCESSOS COM PRESOS PROVISÓRIOS NA UNIDADE JUDICIÁRIA.

Os processos são marcados com etiquetas “réu preso” e algemas no PJE, bem como acompanhados diariamente através de planilhas, conforme anexo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

6.5. Há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias em alguma das Unidades que compõem a UPJ? *(Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias?* *(artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)*

Anotação da Unidade:

1ª Vara- Há um preso provisório há mais de 180 dias aguardando laudo de insanidade mental. acrescente-se que o réu também é preso condenado por outra vara.

2ª Vara- Não há

3ª Vara- A unidade possui 24 processos de presos provisórios tramitando há mais de 180 dias. (vide planilha em anexo). Todos os processos são revisados a cada 90 dias pelo juiz titular da vara, não havendo nenhum processo sem decisão nesse sentido. Ressaltamos que existem processos nessa condição que estão em grau de recurso, cuja gestão não cabe mais ao juízo de 1 grau.

6.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento? *(Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entre a data da prisão e o julgamento)*

Anotação da Unidade:

1ª Vara-EM MÉDIA 4 MESES

2ª Vara-EM MÉDIA 2 MESES

3ª Vara-EM MÉDIA 6 MESES PARA CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA EM QUE HÁ RECURSO DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA

3ª Vara-EM MÉDIA 4 MESES PARA CRIMES DE ENTORPECENTES

6.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP?

Anotação da Unidade: O juízo corregedor dos presídios em Santarém é o da VEP/Santarém



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

7. MANDADOS/CENTRAL DE MANDADOS/CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?

Anotação da Unidade: Não. A Central de Mandados de Santarém atende a todas as Varas da Comarca.

7.2. Há efetivo controle pela UPJ sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos(as) oficiais(las) de justiça? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade? Qual a providência adotada para o caso de retardamento da prestação jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados?

Anotação da Unidade: Detectado o atraso na devolução do mandado, é cobrado ao coordenador da Central de Mandados e diretamente ao oficial de justiça, por e-mail e por whatsapp.

7.3. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Anotação da Unidade: Sim. Modelos criados pelo Núcleo de Cumprimento da UPJ Criminal

7.4. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da Secretaria (vide Ofício Circular nº 19/2023-CGJ).

Anotação da Unidade: Sempre que são trabalhados os PP+100, é verificada a situação de mandados ainda não devolvidos. No entanto, a depuração geral no PJE ainda não foi realizada. A Unidade Judiciária fará a depuração dos mandados, assim que o sistema permitir. O sistema PJE não permitiu a inclusão da certidão elaborada, pelo que foi aberto o Chamado Técnico nº 2122191248 para regularizar o sistema, conforme telas em anexo.

Observação da Corregedoria: Na verificação realizada no dia 22/11/2023, constatou-se que há mandados pendentes de depuração nos perfis das três unidades criminais que compõem a UPJ.

Perfil 1ª Vara Criminal – 550 mandados em situação “pendente”, sendo o mais antigo datado de 06/02/2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Formulário de busca de mandados com campos para "Data julgado" e "Assunto", e uma lista de resultados com o seguinte conteúdo:

Processo nº	Destinatário	Orgão de competência	Data de emissão	Tempo Total	Ações
00000000000000000000	WILSON LAMBERTO DA SILVA	Comarca de Marabá	00/01/21		[Ícone]
00000000000000000000	ALZIANEIA LOPES DE	Comarca de Marabá	00/01/21		[Ícone]
00000000000000000000	STREYTON DE SOUZA	Comarca de Marabá	00/01/21		[Ícone]
00000000000000000000	WICOLANCA SILVA SILVA	Comarca de Marabá	00/01/21		[Ícone]
00000000000000000000	CHALE DINHO OLIVAS FERREZ	Comarca de Marabá	00/01/21		[Ícone]
00000000000000000000	JOSE ALDO SARAIVA DE SOUSA	Comarca de Marabá	00/01/21		[Ícone]

Perfil 2ª Vara Criminal – 380 mandados em situação “pendente”, sendo o mais antigo de 16/01/2021

Formulário de busca de mandados com campos para "Data julgado" e "Assunto", e uma lista de resultados com o seguinte conteúdo:

Processo nº	Destinatário	Orgão de competência	Data de emissão	Tempo Total	Ações
00000000000000000000	EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ	Comarca de Marabá	00/01/21		[Ícone]
00000000000000000000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Comarca de Marabá	00/01/21		[Ícone]
00000000000000000000	EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ	Comarca de Marabá	00/01/21		[Ícone]
00000000000000000000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Comarca de Marabá	00/01/21		[Ícone]
00000000000000000000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Comarca de Marabá	00/01/21		[Ícone]
00000000000000000000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Comarca de Marabá	00/01/21		[Ícone]
00000000000000000000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Comarca de Marabá	00/01/21		[Ícone]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Perfil 3ª Vara Criminal – 262 mandados em situação “pendente”, sendo o mais antigo de 30/12/2020.

7.5 Qual a antecedência que a UPJ envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

Anotação da Unidade: 40 dias

7.6. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?

Anotação da Unidade: Existem 02 processos, somente da 2ª Vara Criminal, com cartas precatórias expedidas há mais de 03 meses, já cobradas aos juízos deprecados.

Observação da Corregedoria:

No perfil da 1ª Vara Criminal verificou-se a existência de 12 (doze) etiquetas relacionadas ao cumprimento de cartas precatórias, algumas com mesmo objeto e etiquetadas em feitos diferentes, a exemplo das etiquetas “devolver precatória” (21 processos) e “devolver precatória ao juízo deprecante” (12 processos).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

No perfil da 2ª Vara Criminal há 10 (dez) etiquetas para controle de precatórias, havendo etiquetas com mesmo objetivo, a exemplo das etiquetas “aguardando devolução de carta precatória” (19 processos) e “aguardando retorno de precatória” (1 processo).



No perfil da 3ª Vara Criminal verificou-se a existência de 04 (quatro) etiquetas para controle de cartas precatórias e na amostragem verificadas não se constatou nenhum feito com pendência de providência pela UPJ.



7.7. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.

Anotação da Unidade: Existem 02 cartas precatórias, somente da 2ª Vara Criminal, com pendências de devolução dos mandados pelos oficiais de justiça, mandados já cobrados por e-mail.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Observação da Corregedoria: No acervo da 1ª Vara Criminal há 33 (trinta e três) cartas precatórias, todas autuadas no ano corrente, **não há passivo de anos anteriores**. A carta com autuação mais antiga é a de n. 08009140820238140051, autuada em 23/01/2023, oriunda do TJMT, com a finalidade de intimação da vítima para audiência designada para o dia 07/02/2023. Foi expedido mandado de intimação em 24/01/2023, o qual foi devolvido e cancelado pela Central de Mandados em 16/03/2023, sob a justificativa do documento não ter sido encaminhado fisicamente à Central. O último andamento registrado nos autos é a juntada de cópia de email encaminhado ao Juízo depreicante solicitando informações sobre a necessidade de dar continuidade à deprecata considerando que não houve tempo hábil ao cumprimento. Não há registro de resposta do Juízo depreicante até a data da inspeção. Por sua vez, **a carta precatória paralisada há mais dias** (90 dias) é a de n. 08037609520238140051, recebida em 09/03/2023, expedida pelo Juízo da Comarca de Carapicuíba para intimação de testemunha de defesa. No dia 10/05/2023 foi expedido mandado, sem devolução até o dia 23/08/2023 quando foi expedido email ao oficial de justiça determinando a devolução do mandado no prazo de 05 (cinco) dias, o que não havia ocorrido até o dia da Inspeção.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

SWITCHER 1ª VARA CRIMINAL DE SANTOÉM

ACERVO	ACERVO ATIVO	PRAZOS VENCIDOS + 100	CONCLUÍDOS	CONCLUÍDOS + 100
	33	0	0	0

ACERVO COM PRIORIDADE

PROCESSOS SUSPENSOS

CASOS NOVOS

PROCESSOS BAIXADOS

PROCESSOS META 1

PROCESSOS META 2

Período para o qual:

1 INTX

Outros parâmetros:

Sistema:

Acervo ativo por classe e situação processual				
CLASSE	EM ANDAMENTO	BAIXADO	Total	
Atos Processuais - Intimações - Oficiais	0	0	0	
PROCESSOS PRECATÓRIOS	0	0	0	
Atos Processuais - Intimações - Particulares	0	0	0	
Carta Precatória Criminal	11	0	11	
Total	0	0	0	

Lista de processos no acervo ativo da unidade				
Nº DO PROCESSO	PRIO. DO PROCESSO	SITUAÇÃO	SISTEMA DE EXATOS	CLASSE
08009140820238140051	023	EM ANDAMENTO	INTX	Carta Precatória Criminal
08009140820238140051	020	EM ANDAMENTO	INTX	Carta Precatória Criminal
08009140820238140051	022	EM ANDAMENTO	INTX	Carta Precatória Criminal
08009140820238140051	021	EM ANDAMENTO	INTX	Carta Precatória Criminal
08009140820238140051	025	EM ANDAMENTO	INTX	Carta Precatória Criminal



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

No acervo da 2ª Vara Criminal há **21 (vinte e uma) cartas precatórias**, sendo 20 (vinte) autuadas no ano de 2023 e 01 (uma) no ano de 2022, a de n. 08123794820228140051. A referida carta foi expedida pelo Juízo da Comarca de Manaus/Am, autuada em 23/09/2022 e possui como finalidade “ultimar providências necessárias visando à realização dos exames, face à instauração de incidente de sanidade mental, a pedido a defesa”. Foi proferido despacho em 22/11/2022 determinando o encaminhamento de ofício ao CPC Renata Chaves para providências. Ofício expedido em 10/01/2023. Email reiterando a solicitação em 06/07/2023, sem resposta. Ofício expedido em 18/10/2023 novamente ao CPC Renato Caves solicitando a realização da perícia.

Por sua vez, **a carta precatória paralisada há mais dias (88)** é a de n. 08057996520238140051, recebida em 12/04/2023 expedida pelo Juízo da Comarca de Santana/Ap para intimação de testemunha de defesa. No dia 10/05/2023 foi expedido mandado, sem devolução até o dia 23/08/2023 quando foi expedido email ao oficial de justiça determinando a intimação de testemunha para audiência de instrução a realizar-se no dia 11/05/2023. O mandado foi distribuído em 02/05/2023 e realizada cobrança via email ao Oficial de Justiça em 25/08/2023, o que não ocorreu até o dia da Inspeção.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º CRAJ

2ª VARA CRIMINAL DE SALTARÉM

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS+102	CONCLUIDOS	CONCLUIDOS+102
	21	0	0	0

Acervo ativo por classe e situação processual

CLASSE	EM ANDAMENTO	ENCERRADO	Total
Carta Precatória Oficial	21	0	21

Lista de processos no acervo ativo da unidade

Nº DA PROC. 3300	ANEXO PROCESSO	SITUAÇÃO	SITUAÇÃO	EXCLUSÃO	CLASSE
08123794820228140051	002	EM ANDAMENTO	RETO	001	Carta Precatória Criminal
08057996520238140051	001	EM ANDAMENTO	RETO	001	Carta Precatória Criminal
08123794820228140051	003	EM ANDAMENTO	RETO	001	Carta Precatória Criminal
08123794820228140051	004	EM ANDAMENTO	RETO	001	Carta Precatória Criminal
08123794820228140051	005	EM ANDAMENTO	RETO	001	Carta Precatória Criminal



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Por sua vez, no acervo da 3ª Vara Criminal há 08 (oito) cartas precatórias ativas, todas autuadas no ano de 2023. A carta com autuação mais antiga é o processo n. 08004100220238140051, autuada em 11/01/2023 e expedida pelo Juízo da 2ª Vara do Júri da Comarca de Manaus com a finalidade de citação do acusado. O mandado foi expedido em 06/03/2023. No dia 13/06/2023 foi lançada nos autos cópia de email encaminhado ao Oficial de Justiça solicitando o cumprimento e devolução do mandado. No dia 30/08/2023 foi juntado aos autos cópia de email encaminhado ao Oficial de Justiça novamente cobrando a devolução do mandado. A referida carta precatória é a que se encontra com tramitação paralisada há maior tempo (84 dias).

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS	CONCLUIDOS	CONCLUIDOS
8	0	100	0	188

CLASSE	EM ANDAMENTO	RESOLVIDO	TOTAL
Carta Precatória Criminal	8	0	8

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SITUAÇÃO	ORIGEM	PROLATA	CLASSE
08004100220238140051	2023	EM ANDAMENTO	0800	0800	Carta Precatória Criminal
08004100220238140052	2023	EM ANDAMENTO	0800	0800	Carta Precatória Criminal
08004100220238140053	2023	EM ANDAMENTO	0800	0800	Carta Precatória Criminal
08004100220238140054	2023	EM ANDAMENTO	0800	0800	Carta Precatória Criminal
08004100220238140055	2023	EM ANDAMENTO	0800	0800	Carta Precatória Criminal
08004100220238140056	2023	EM ANDAMENTO	0800	0800	Carta Precatória Criminal
08004100220238140057	2023	EM ANDAMENTO	0800	0800	Carta Precatória Criminal
08004100220238140058	2023	EM ANDAMENTO	0800	0800	Carta Precatória Criminal

8. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:

8.1. A Unidade observa os termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça com relação à expedição de documentos no BNMP? A Unidade realiza diligente e eficientemente a verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? Os dados relacionados aos presos provisórios, procurados, réus beneficiados com alvará de soltura, possíveis RJIs duplicados e óbitos e se encontram devidamente regulares no BNMP? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e

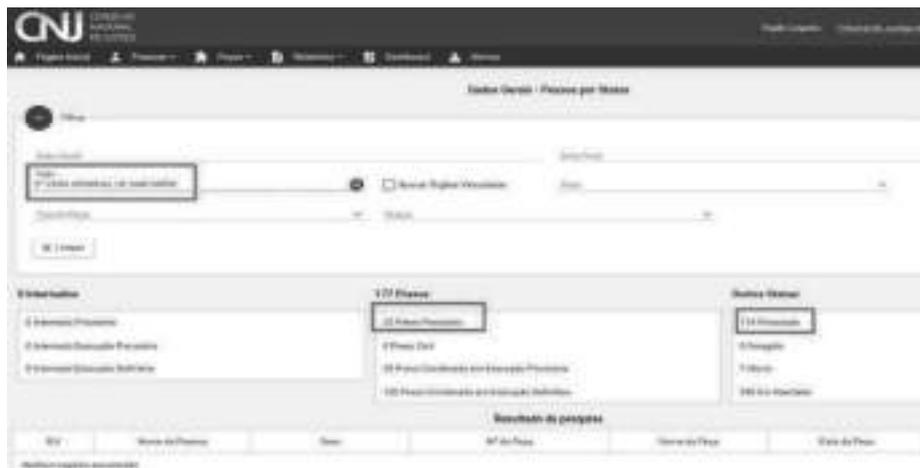
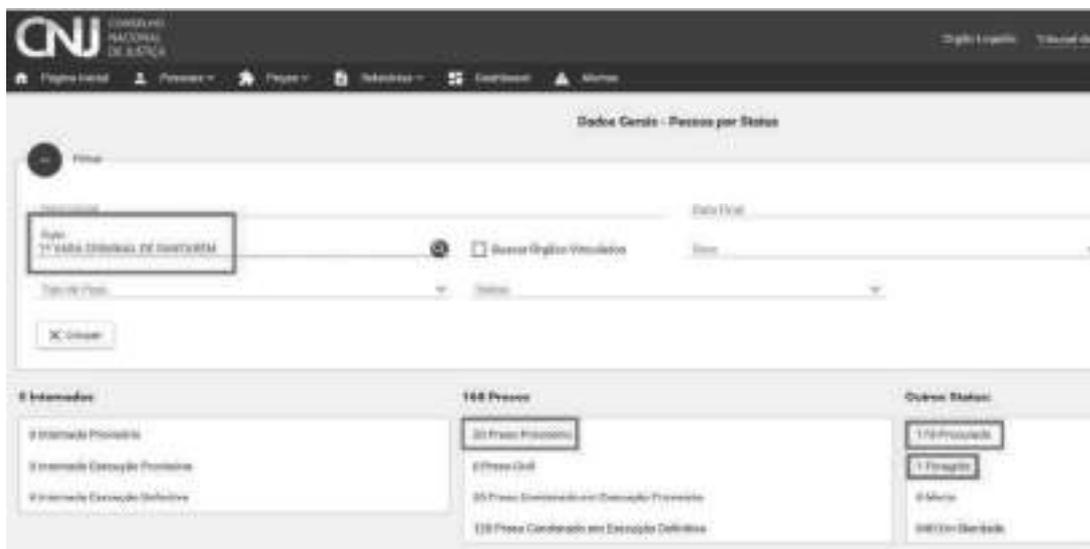


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

Anotação da Unidade: Sim. A vara realizou as depurações determinadas pela CGJ, mantendo atualizado o sistema com as expedições de documentos no BNMP/CNJ

Observação da Corregedoria: No dia 21/11/2023, as Unidades possuíam os seguintes números de réus presos provisórios no BNMP. Durante a inspeção verificou-se a necessidade de ajustes na depuração do BNMP, o que foi devidamente providenciado pela Unidade no decorrer dos trabalhos.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

bem como ao Ministério Público?

Anotação da Unidade: Nunca houve essa ocorrência

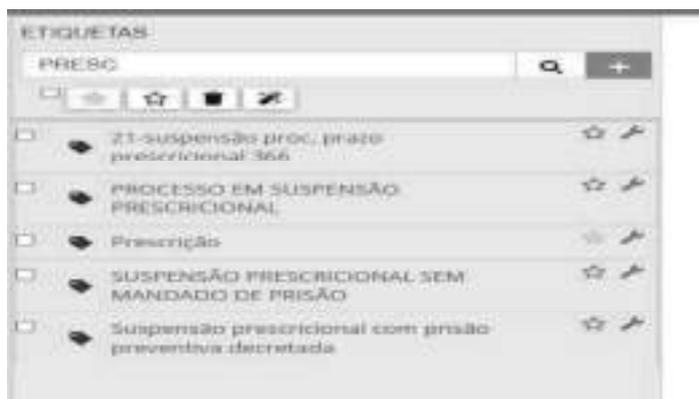
9. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

9.1. De que forma é realizado/identificado o controle dos prazos prescricionais nos processos em tramitação na Unidade, de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? *(Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)*

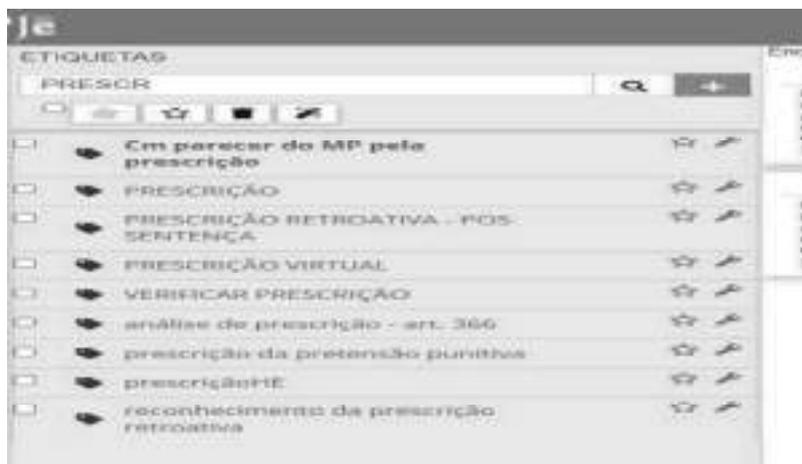
Anotação da Unidade: Realizado pelos gabinetes das unidades

Observação da Corregedoria: No perfil das Unidades que compõem a UPJ, verificou-se que há etiquetas relacionadas à prescrição, contudo necessita ser realizada padronização.

Etiquetas relacionadas à prescrição 1ª Vara Criminal:



Etiquetas relacionadas à prescrição 2ª Vara Criminal:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Etiquetas relacionadas à prescrição 3ª Vara Criminal: nenhuma etiqueta identificada



9.2 Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal, para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? *(Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)*

Anotação da Unidade:

Janeiro/2023.

Os juízos têm decidido determinando o envio anual dos autos ao Ministério Público para eventual atualização do endereço do réu, nos casos do artigo 366 do CPP

Observação da Corregedoria:

1ª Vara Criminal – a 1ª Vara conta com **404** processos suspensos, dentre estes, o **com autuação mais antiga** é o de n. 0000463-16.2005.814.0051 (Roubo majorado). No dia 18/09/2006 foi decretada a suspensão do processo e do prazo prescricional em relação ao réu Rômulo de Oliveira Bastos. Consta realização de pesquisa no sistema SIEL no documento ID 58326515-pág.2, certidão lavrada em 19/09/2014 realizando conclusão dos autos, tendo sido proferida decisão em 16/10/2014, nos seguintes termos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

autos ao MP em 15/12/2022, manifestação juntada em 21/01/2023 informando que permanece sem êxito na obtenção de qualquer endereço novo do réu. Foram analisados por amostragem, ainda, os feitos de n. 00183205120188140051 (28/06/2021) e 00022675820198140051 (30/09/2022), 00030863620178140351 (26/06/2023) em que há manifestações do MP informando não localização dos réus.

2ª Vara Criminal – a 2ª Vara possui **394** processos na condição de suspensos, dentre estes, o processo **com decisão de suspensão mais antiga** é o de 00042352220028140051 (crime de estupro- ano 2002). A decisão que determinou a suspensão do processo e do prazo prescricional é de 09/11/2006. Há registros nos autos de diversas diligências realizadas para localização do réu, sem sucesso. Manifestação do Ministério Público protocolada em 28/09/2022, despacho do magistrado em 08/02/2023 e nova manifestação do MP em 09/03/2023 requerendo:

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por seu membro ao fim assinado, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, vem se manifestar nos autos da Ação Penal, processo de referência, nos termos a seguir expostos:

Trata-se de Ação Penal que documenta a prática do crime tipificado no artigo 213, Caput do CPB.

|| Com fundamento no artigo 386 do Código de Processo Penal houve a suspensão do processo e do prazo prescricional em 09/11/2006 (ID 83582856 - fl.01).

O Parquet foi instado a oferecer o endereço atualizado do denunciado.

Ocorre que em pesquisas realizadas em bancos de dados disponíveis, o Parquet não logou encontrar endereço atualizado do demandado.

Assim, diante do exposto, o Ministério Público requer a continuidade da suspensão do processo e do prazo prescricional, bem como o seu envio periódico ao Parquet para realização de novas buscas de endereço na tentativa de localizar o denunciado EDUARDO FREITAS COLMAN, de modo a possibilitar o andamento do feito.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Belém/PA, 08 de março de 2023.

ADILSON CALDERARO BROTHEAU
Promotor de Justiça de Belém

Suspenso com data de movimentação mais antiga é o processo 00063465520088140051 (crime de estupro). No dia 13/07/2011 foi proferida decisão determinando a suspensão do processo e do prazo prescricional. Em 29/09/2011 designada audiência para o dia 10/10/2012 para inquirição de testemunhas arroladas na denúncia. Provas produzidas com oitiva de testemunhas e da vítima. Despacho em 10/03/2017 determinando que os autos sejam anualmente encaminhados ao MP com objetivo de localização do réu. Autos digitalizados e após, lançada ciência do RMP em 07/06/2022, sem movimentação posterior.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

3ª Vara Criminal – a 3ª Vara possui **149** processos na condição de suspensos, dentre estes o **com autuação mais antiga** o de n. 00013398919918140051 (homicídio qualificado - 1991). Em 16/12/2011 foi proferida sentença de pronúncia do réu, após o que, foi interposto recurso em sentido estrito. Autos devolvidos com Acórdão ao Juízo de 1º grau e 20/02/2014. Réu não foi intimado pessoalmente da sentença de pronúncia, conforme registro em decisão proferida em 30/06/2014, determinando a realização de diligências para localização do réu, que foram realizadas no decorrer dos anos, em reiteração, sem êxito. Último despacho proferido em 03/11/2022 no qual o magistrado Gabriel Veloso registra a manutenção da suspensão do artigo 366 do CPP pelo prazo de 06 meses e após este prazo, determina sejam os autos remetidos ao MP, o que se encontra pendente de cumprimento. O processo n. 00099494020148140051 pertencente ao acervo da 3ª Vara Criminal também foi analisado por amostragem, com última movimentação em 05/07/2023 com a juntada de cópia do mandado de prisão cadastrado no BNMP.

9.3. Em processos que se encontravam suspensos, a Unidade observa o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (*Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE COR n. 0002009-73.2.00.0814*)

Anotação da Unidade: O processo é retirado da tarefa “processo suspenso”, retirada a etiqueta de suspensão e tramitado ao gabinete para andamento

10. BENS APREENDIDOS:

10.1. De que forma a Unidade realiza identificação no PJE dos processos que possuem bens apreendidos vinculados?

Anotação da Unidade: Através de etiquetas e cadastro no PJE.

10.2. Há passivo de bens que foram cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) em que há pendência de registro de sua destinação (destruição/devolução/perdimento/etc.), após eventuais providências determinadas pelo(a) magistrado(a) nos autos criminais, em cumprimento ao Provimento Conjunto n. 02/2021-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

CJRMB/CJCI (Ofício circular n. 54/2022-CGJ)? A Unidade está realizando o cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022? (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências.)

Anotação da Unidade: Sim. Há passivo a ser cadastrado no SNGB. A unidade adotou a inserção dos bens em autos atualmente distribuídos sem, contudo, transferir, ainda, o acervo passivo, em virtude de falta de servidores.

Observação da Corregedoria:

SNGB das Unidades vinculadas à UPJ

1ª Vara Criminal

Total de bens cadastrados: 1.081 / Bens a definir: 650

A captura de tela mostra a interface do sistema SNGB do CNJ. No topo, há o logo do CNJ e o título "Bens Apreendidos". Abaixo, há uma barra de navegação com opções: Principal, Cadastrar, Pesquisar, Vincular, Relatórios, Contato, Menu, Voltar e Sair. A seção "Pesquisar Bens" contém campos para selecionar o Tribunal de Justiça Estadual (Tribunal de Justiça do Estado do Pará), a Comarca (SANTARÉM), as Varas e Juizados Estaduais (VARA CRIMINAL DE SANTARÉM) e o Destino do Bem (A Definir). Há também um campo para a Descrição Complementar do Bem e botões para Pesquisar, Imprimir e Imprimir Detalhado. Abaixo, há uma tabela com as seguintes colunas: Descrição, Tipo, Quantidade, Valor(R\$) e Núm. Processo. A tabela contém 14 linhas de dados, incluindo alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos perecíveis, e armas e acessórios (Pistola, Arsenais, Revólver).

Descrição	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos perecíveis	-	1	-	300420012940
Alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos perecíveis	-	2	-	300820081187
Alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos perecíveis	-	3	-	300920031187
Alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos perecíveis	-	2	-	300820081187
Alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos perecíveis	-	2	-	300820081187
Alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos perecíveis	-	2	-	300820081187
Alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos perecíveis	-	2	-	300820081187
Alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos perecíveis	-	2	-	300820081187
Alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos perecíveis	-	2	-	300820081187
Alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos perecíveis	-	2	-	300820081187
Alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos perecíveis	-	2	-	300820081187
Armas e acessórios	Pistola	1	-	0008547320148140051
Armas e acessórios	Arsenais	4	-	0013099880018858005
Armas e acessórios	Armas não Classificadas	86	-	00180140320118140051
Armas e acessórios	Revólver	1	-	00094662020318140051
Armas e acessórios	Revólver	2	-	0014898422128140051

Número de registros: 650 Página 1 de 44



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2ª Vara Criminal

Total de bens cadastrados: 519 / Bens a definir: 519

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA **Bens Apreendidos**

Principal | Cadastros | Pesquisas | Vincular | Relatórios | Contato | Manual | Sobre | Sair

Pesquisar Bens

Órgão de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Comarca: [Selecione]

Variáveis Judiciais Estabelecidas: [Selecione]

Bens Apreendidos: Todos

Destinação do Bem: A Definir

Exercício Complementar do Bem: [Selecione]

[Pesquisar] [Limpar] [Exercício Complementar]

Nome do Bem	Quantidade	Valor (R\$)	Nome - Função
Armas e acessórios	1	---	Armas não Classificadas
Armas e acessórios	2	---	Armas não Classificadas
Armas e acessórios	2	---	Armas não Classificadas
Armas e acessórios	4	---	Armas não Classificadas
Armas e acessórios	1	---	Revólver
Armas e acessórios	1	---	Motocicleta Automotriz/Esportiva
Armas e acessórios	2	---	Armas não Classificadas
Armas e acessórios	4	---	Armas não Classificadas
Armas e acessórios	4	---	Armas não Classificadas
Armas e acessórios	1	---	Armas não Classificadas
Armas e acessórios	1	---	Armas não Classificadas
Armas e acessórios	4	---	Armas não Classificadas
Armas e acessórios	14	---	Armas não Classificadas
Armas e acessórios	1	---	Revólver

Número de registros: 519 Página 1 de 23

3ª Vara Criminal

Total de bens cadastrados: 572 / Bens a definir: 504

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA **Bens Apreendidos**

Principal | Cadastros | Pesquisas | Vincular | Relatórios | Contato | Manual | Sobre | Sair

Pesquisar Bens

Órgão de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Comarca: [Selecione]

Variáveis Judiciais Estabelecidas: [Selecione]

Bens Apreendidos: Todos

Destinação do Bem: A Definir

Exercício Complementar do Bem: [Selecione]

[Pesquisar] [Limpar] [Exercício Complementar]

Nome do Bem	Quantidade	Valor (R\$)	Nome - Função
Armas e acessórios	4	---	Estato. Semiautomática/ Automática
Armas e acessórios	1	---	Faca
Armas e acessórios	1	---	Espingarda
Armas e acessórios	1	---	Arma
Armas e acessórios	1	---	Revólver
Armas e acessórios	1	---	Revólver
Armas e acessórios	1	---	Revólver
Armas e acessórios	1	---	Estato. Semiautomática/ Automática
Armas e acessórios	1	---	Revólver
Armas e acessórios	1	---	Revólver
Armas e acessórios	1	---	Revólver
Armas e acessórios	1	---	Estato. Semiautomática/ Automática
Armas e acessórios	1	---	Espingarda
Armas e acessórios	1	---	Revólver
Armas e acessórios	1	---	Revólver
Armas e acessórios	1	---	Revólver

Número de registros: 572 Página 1 de 34



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

10.3. Os servidores da UPJ realizaram o curso de capacitação do SNGB disponibilizado pela plataforma EAD da Escola Judicial do Estado do Pará e pela plataforma educacional do Conselho Nacional de Justiça?

Anotação da Unidade: Não.

12. DAS AUDIÊNCIAS:

12. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

Anotação da Unidade: A unidade realiza audiências telepresenciais e por videoconferência

12.1. Com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida. No processo em que ocorreu audiência não presencial consta pleito das partes ou do Ministério Público?

Anotação da Unidade:

1ª Vara: Foram realizadas 24 audiências na forma presencial e híbrida. Não houve realização de audiência virtual em outubro/2023 na unidade.

2ª Vara: Das 45 audiências realizadas, 02 foram híbridas.

3ª Vara: Em outubro de 2023 foram realizadas 34 (trinta e quatro) audiências, sendo 30 presenciais e 4 (quatro) híbridas, devendo ser observado que sempre que os advogados, partes ou testemunhas requerem a participação por videoconferência esse juízo não se opõe, mas em santarém os promotores e os advogados preferem realizar presencialmente os atos em tela.

12.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? *(Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)*

Anotação da Unidade: Sim, a pessoa presa é submetida à audiência de custódia no prazo de lei.

12.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: DIA 09/11/2023

12.3. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

Anotação da Unidade:

1ª Vara: 34 audiências

2ª Vara: 17 audiências

3ª Vara: 18 audiências

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

Anotação da Unidade:

1ª Vara: para o dia 15/12/2023, processo 0814254-19.2023.8.14.0051

2ª Vara: para o dia 13/12/2023, processo 0813378-64.2023.8.14.0051

3ª Vara: para o dia 09/02/2024, processo 0803238-68.2023.8.14.0051

13. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:

13.1 Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?

DADOS DA 3ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM

Anotação da Unidade: Total: 21 sessões, sendo 08 (oito) em agosto, 07 (sete) em setembro e 6 (seis) em outubro. Além disso, em novembro que é o mês nacional do Júri estamos com 19 (dezenove) sessões designadas.

13.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?

Anotação da Unidade: foram realizadas 20 (sessões), apenas uma foi redesignada, sendo a mesma marcada para 16.11.2023.

Observação da Corregedoria: Na fase de formação da UPJ, quando da organização de tarefas, foi sugerido que 01 (uma) das servidoras (analista judiciário) permanecesse no Gabinete da 3ª Vara Criminal para expedição dos documentos relacionados às Sessões do Tribunal do Júri, providencia esta que, segundo informado pelo Secretário da UPJ, se mostrou acertada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

13.3 Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.

Anotação da Unidade: nenhum, todos os processos com a fase do artigo 422 do CPP cumprida já estão com suas sessões devidamente designadas.

14. EXECUÇÃO PENAL: PREJUDICADO

15. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial pela Corregedoria Geral e pelo magistrado/magistrada da Unidade. Qual o número de registro dos relatórios no sistema PJECOR?

Anotação da Unidade:

1ª Vara Criminal

31/07 A 04/08/2017 - CORREIÇÃO REALIZADA PELA, ENTÃO, CJCI (EDITAL ANEXO)

01/03/2023-CORREIÇÃO ORDINÁRIA DA UPJ CRIMINAL DE SANTARÉM REALIZADA PELO MAGISTRADO. DISTRIBUÍDA NO PJECOR SOB O Nº 0000945-91.2023.2.00.0814 (UPJ CRIMINAL DE SANTARÉM)

2ª Vara Criminal

- 30/04 a 28/05/2021 - EDITAL DE CORREIÇÃO Nº 04/2017- CJCI

- 01/03/2023-CORREIÇÃO ORDINÁRIA DA UPJ CRIMINAL DE SANTARÉM, REALIZADA PELO MAGISTRADO. DISTRIBUÍDA NO PJECOR SOB Nº 0000945-91.2023.2.00.0814.

3ª Vara Criminal

PELA CORREGEDORIA: 17.01.2022 A 27.01.2023 REGISTRO NO PJECOR 0002187-22.2022.2.00.0814.

PELO MAGISTRADO: 07.02.2023 A 22.02.2023 REGISTRO NO PJECOR Nº 0008286-82.2023.2.00.0814.

Observação da Corregedoria: O magistrado Rômulo Nogueira de Brito realizou correição na UPJ, cujo relatório foi encaminhado à CGJ através do processo PJECOR n. 0000495-91.2023.2.00.0814. **Merece registro o fato de que os Juízes titulares das 1ª, 2ª e 3ª Vara**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Criminal da Comarca de Santarém devem realizar correição em seus Gabinetes, independente da correição realizada pelo Juiz Coordenador da UPJ, encaminhando o respectivo relatório à Corregedoria Geral.

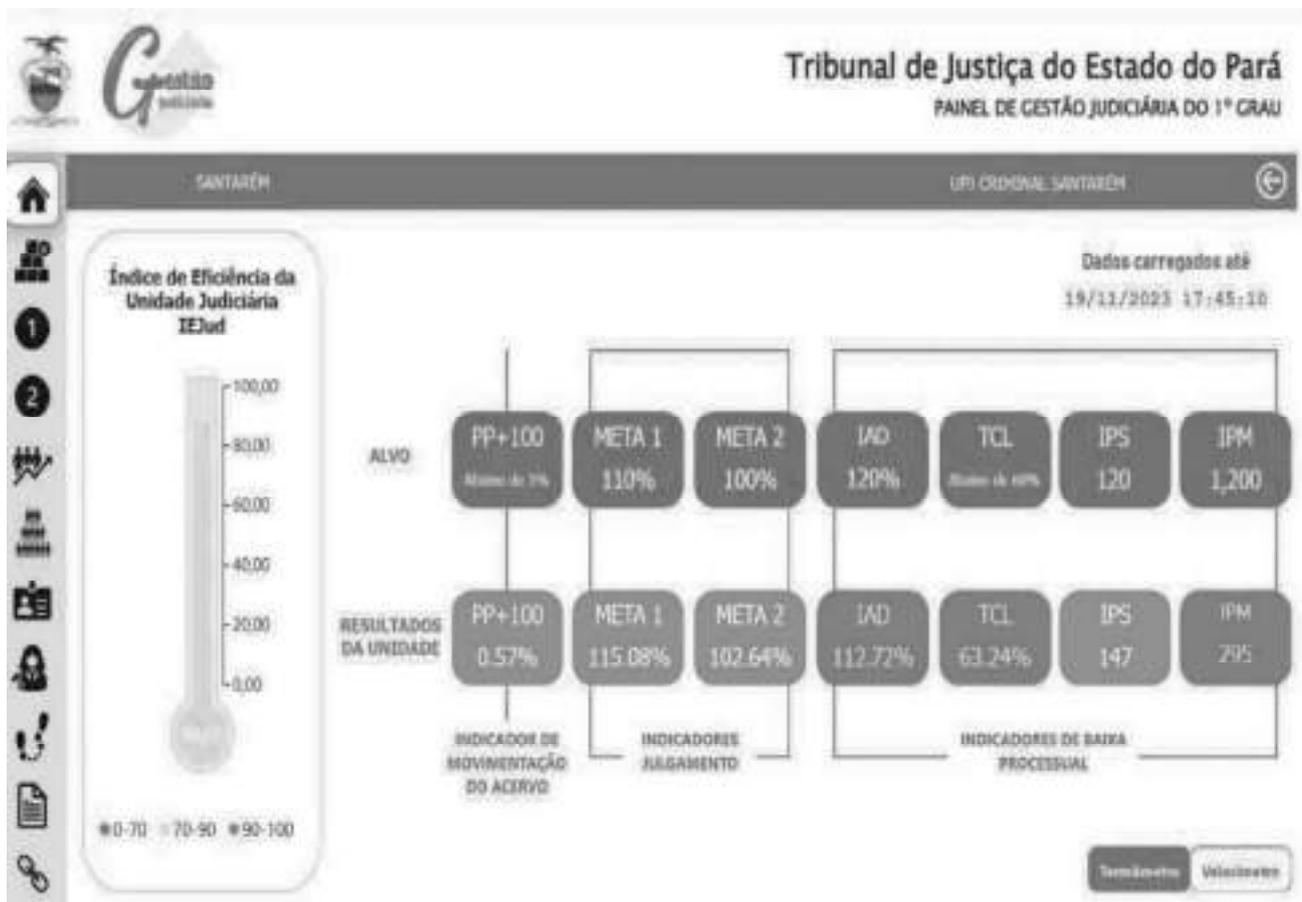
15.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral que não foram integralmente cumpridas? Quais?

Anotação da Unidade: Não existe.

Observação da Corregedoria: A presente inspeção é a primeira realizada na UPJ das Varas Criminais de Santarém desde a sua instalação.

16. DADOS ESTATÍSTICOS:

IEJUD UPJ:





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

ACERVO:

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

UNIDADE: SARTANIZM

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADO(+100)	CONCLUIDOS	CONCLUIDOS(+100)
ACERVO COM PRIORIDADE	4.016	23	370	9

Acerve ativo por classe e situação processual

CLASSE	IMPACIENTE	ACUADO	Total
Ação Penal - Procedimento Ordinário	7	124	131
Inquérito Policial	2	163	165
Ação Penal de Competência do JUIZ	34	125	159
Instituição Especial de Lei Antidrogas	1	55	56
Ação de Prisão em Flagrante	07	0	07
Ação Penal - Procedimento Sumário	14	0	14
Total	58	368	426

Lista de processos por ação em estado de análise

Nº DO PROCESSO	AÇÃO DO PROCESSO	SITUAÇÃO	SITUAÇÃO	EX. CLASS.	CLASS.
00000000000000000000	000	IMPACIENTE	1610	21	INQUÉRITO POLICIAL
00000000000000000000	000	IMPACIENTE	1610	27	INQUÉRITO POLICIAL
00000000000000000000	000	IMPACIENTE	1610	25	Ação Penal - Competência do JUIZ
00000000000000000000	000	IMPACIENTE	1610	00	Ação Penal - Procedimento Sumário
00000000000000000000	000	IMPACIENTE	1610	00	Ação Penal - Procedimento Ordinário

PAINEL DE BAIXAS:

1ª VARA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
DEPGE/COJIM
PROGRAMA DE INCREMENTO DE BAIXAS - PIB 2023

28/11/2023 12:14:08

SITUAÇÃO MENSAL

31 META MENSAL	16 BAIXAS MENSAL	52,27% CUMPRIMENTO META MENSAL (%)
-------------------	---------------------	---------------------------------------

SITUAÇÃO ANUAL

240 META ANUAL	344 BAIXAS ANUAIS	143,34% CUMPRIMENTO META ANUAL (%)
-------------------	----------------------	---------------------------------------

CUMPRIMENTO ANUAL

Metas atualizadas para o trimestre novembro-dezembro conforme Portaria nº 4726/2023-GP (07/11/2023). Ver mais em Portal do PIB.

2023 Mar: 24, 2023 Abr: 21, 2023 Mai: 23, 2023 Jun: 27, 2023 Jul: 27, 2023 Ago: 49, 2023 Set: 29, 2023 Out: 16

EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS BAIXADOS (MENSAL/MEDIA)

2023 Mar: 24, 2023 Abr: 21, 2023 Mai: 23, 2023 Jun: 27, 2023 Jul: 27, 2023 Ago: 49, 2023 Set: 29, 2023 Out: 16

ANO	ATIVIDADE	CLASSE	OCORR.	QTD	DESCRIÇÃO
2023	00000000000000000000	IMPACIENTE	1610	21	INQUÉRITO POLICIAL
2023	00000000000000000000	IMPACIENTE	1610	27	INQUÉRITO POLICIAL
2023	00000000000000000000	IMPACIENTE	1610	25	Ação Penal - Competência do JUIZ
2023	00000000000000000000	IMPACIENTE	1610	00	Ação Penal - Procedimento Sumário
2023	00000000000000000000	IMPACIENTE	1610	00	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Total				116	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

JULGADOS E NÃO BAIXADOS

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

SANTARÉM 19/11/2023 10:58:58 AM

JULGADOS E NÃO BAIXADOS
349

Resumo de processos julgados e não baixados

CLASSE	RELAÇÃO E NÃO BAIXADOS
Ação Penal - Procedimento Ordinário	285
Procedimento Especial de Lei Antidrogas	63
Ação Penal de Competência do JUIZ	24
Pedido de Carência de Ação de Sentença Transitada em Julgado	0
Critas Antidrogas	6
Total	349

Lista de processos julgados e não baixados

Nº PROCESSO	DESCRIÇÃO	CLASSE	ACÓRDÃO
000001902019140251	285 RE10	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3622 - Crime de Tráfico
000001720008190311	281 RE10	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3034 - Crime de Tráfico
000003000011810001	282 RE10	Ação Penal de Competência do JUIZ	3172 - Narcotráfico Qualificado
000002312008140017	281 RE10	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3402 - Rescisão (D&A) - Habilitação de Signatário de M
000180532008140017	283 RE11	Ação Penal - Procedimento Ordinário	11417 - Crime de Vulnerabil
000042112005180311	1894 RE10	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3622 - Crime de Tráfico
000071330018140017	281 RE10	Ação Penal - Procedimento Ordinário	11417 - Crime de Vulnerabil
000267447119140017	181 RE10	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3038 - Tráfico de Drogas e Conexões Afins

JULGADOS E NÃO BAIXADOS

Número do processo: Todos

Gravidade (De alto a não): Todos

Signo (De alto a não): Todos

Atos 100% Digital (De sim a não): Todos

Prioridade (De alta a baixa): Todos

17. CONCLUSÃO:

A UPJ - Unidade de Processamento Judicial das Varas Criminais da Comarca de Santarém foi implantada pela Portaria n. 3912/2022-GP, de 21/10/2022, publicada no Diário de Justiça de 25/10/2023, competindo-lhe executar os serviços auxiliares das Secretarias das 1ª, 2ª e 3ª Varas Criminais da Comarca de Santarém.

O Exmo. Sr. Dr. Rômulo Nogueira de Brito, Juiz Titular da 2ª Vara Criminal de Santarém, é o Coordenador Geral da UPJ, designado pela Portaria n. 3913/2022-GP, de 25/10/2022. O Secretário Geral é o servidor Genildo Souza Miranda. A UPJ é dividida em 04 setores, quais sejam, Secretaria Geral (que conta com 01 servidor), Núcleo de Atendimento (conta com 02 servidores e 1 estagiário), Núcleo de Movimentação Processual (conta com 03 servidores) e Núcleo de Cumprimento e Audiências (conta com 05 servidores e 08 estagiários).

Os estagiários voluntários cursam bacharelado em Direito na UNAMA SANTARÉM e executam funções na UPJ em razão de convênio com a Direção do Fórum.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Não há servidor em teletrabalho pela UPJ Criminal.

Esta foi a primeira inspeção realizada pela Corregedoria-Geral de Justiça após a implantação da UPJ das Varas Criminais.

O acervo ativo sob gerenciamento da UPJ, no período da Inspeção, totalizava **4.016** processos ativos, havia **1,39%** de processos paralisados há mais de 100 dias (**23 processos**) e **349** processos julgados e não baixados. O acervo conta ainda com **948** processos suspensos.

Na análise conjunta das atividades e cumprimentos realizados, **constatou-se que há equilíbrio na distribuição de tarefas relacionadas às 03 (três) Unidades judiciárias sob gestão da UPJ.**

Verificou-se que **se faz necessária a depuração dos mandados expedidos, padronização de controle de processos com cartas precatórias expedidas nos perfis das 03 Varas, bem como necessidade de continuidade de registro do prazo prescricional dos processos suspensos pelos Gabinetes dos Juízos, de forma padronizada.**

Situação que merece especial atenção é a **relacionada aos processos das 03 Varas Criminais que possuem bens apreendidos vinculados, especialmente as armas de fogo** que ainda se encontram pendentes de destinação e que demandam providências imediatas por parte dos magistrados. É necessário que seja realizado um plano de ação, partindo-se dos processos com bens cadastrados no sistema nacional de bens apreendidos – SNBA e que se encontrem com status dos bens em situação “*a definir*”, para que seja atualizada a situação dos bens no referido sistema de acordo com a destinação determinada nos autos respectivos pelo Juízo competente e, posteriormente, providenciada migração ao SNGB – sistema nacional de gestão de bens, apenas o passivo de bens que não puderem ainda ter a sua destinação definida no SNBA. Para que tal providência seja cumprida, deve ser realizado pelos servidores o curso do SNGB, disponibilizado na plataforma EAD do CNJ.

Não obstante os pontos acima mencionados que demandam ajuste ou providências a curto e médio prazo, constatou-se durante a Inspeção que a Unidade realiza controle dos processos paralisados há mais de 100 dias e utiliza corretamente o Banco Nacional de Mandados de Prisão.

Merece registro a constatação de que o Secretário Geral realiza uma excelente gestão e controle da produtividade diária dos servidores e estagiários que compõem a Unidade, tendo sido desenvolvido um eficiente método de gerenciamento da produtividade através de planilhas de controle diário.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Nome	Data de modificação	Tip
CONTROLE DE PRODUTIVIDADE ABRIL 2021	02/05/2021 07:59	Documento de M...
CONTROLE DE PRODUTIVIDADE AGOSTO 2021	05/05/2021 08:11	Documento de M...
CONTROLE DE PRODUTIVIDADE DEZEMBRO 2021	16/12/2021 14:03	Documento de M...
CONTROLE DE PRODUTIVIDADE FEVEREIRO 2022	16/02/2022 08:21	Documento de M...
CONTROLE DE PRODUTIVIDADE JANEIRO 2022	14/01/2022 08:03	Documento de M...
CONTROLE DE PRODUTIVIDADE JUNHO 2021	05/06/2021 07:59	Documento de M...
CONTROLE DE PRODUTIVIDADE JUNHO 2022	02/06/2022 08:27	Documento de M...
CONTROLE DE PRODUTIVIDADE MAIO 2021	03/05/2021 08:08	Documento de M...
CONTROLE DE PRODUTIVIDADE MARÇO 2021	04/03/2021 19:08	Documento de M...
CONTROLE DE PRODUTIVIDADE NOVENO 2021	01/11/2021 13:14	Documento de M...
CONTROLE DE PRODUTIVIDADE NOVENO 2022	02/11/2022 08:17	Documento de M...
CONTROLE DE PRODUTIVIDADE OUTUBRO 2021	01/11/2021 13:02	Documento de M...
CONTROLE DE PRODUTIVIDADE OUTUBRO 2022	06/11/2022 08:21	Documento de M...
CONTROLE DE PRODUTIVIDADE SETEMBRO 2021	02/09/2021 07:59	Documento de M...
TABELA DE PRODUTIVIDADE SETEMBRO 2021	01/09/2021 10:44	Documento de M...



Verificou-se também um bom clima organizacional na equipe que compõe a UPJ e estagiários qualificados e comprometidos com a prestação jurisdicional. Exemplo do comprometimento dos estagiários, foi a confecção de um “Manual de Apresentação do funcionamento da UPJ Criminal da Comarca de Santarém” e “Manual de etiquetas de primeiro e segundo nível” pela estagiária **Ana Gamboa**, que exerce atividades no Núcleo de Cumprimento da UPJ desde 07/01/2022, elaborado para orientar os estagiários que no futuro atuarem na UPJ, para que se adaptem com facilidade às atividades a serem exercidas no Núcleo de Cumprimento. A iniciativa merece registro e reconhecimento por este Órgão Correicional, pelo que, **sugere-se** que seja determinada a expedição de ofício à Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA para registro de elogio na ficha funcional da estagiária Ana Gamboa, bem como expedição de ofício parabenizando-a pela iniciativa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

18. REGISTROS FOTOGRÁFICOS:

Foto: Os servidores Genildo Souza Miranda (Secretário Geral) e Ediane Nogueira Campos Jati (Analista Judiciário) apresentam ao Exmo. Sr. Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Junior, Corregedor Geral de Justiça e à Juíza Corregedora Ana Angélica Abdulmassih Olegário, os arquivos utilizados para controle das atividades na UPJ das Varas Criminais da Comarca de Santarém.



Conclui-se, portanto, que, mormente as dificuldades apontadas, vem sendo realizada boa gestão de acervo na Unidade de Processamento Judicial das Varas Criminais da Comarca de Santarém, necessitando de ajustes pontuais, conforme citado no presente relatório.

Registra-se o agradecimento ao magistrado **GABRIEL VELOSO DE ARAÚJO**, Diretor do Fórum da Comarca de Santarém pela colaboração durante a Inspeção e aos servidores **GENILDO SOUSA MIRANDA**, **EDIANE NOGUEIRA CAMPOS JATI**, **ENEIDA MARIA MONTEIRO DA SILVA**, bem como a todos os demais **servidores e estagiários**, pela presteza e auxílio na coleta dos dados que compõem o presente relatório final.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

19. ANEXOS:

1. Portaria n. 3912/2022-GP de 21/10/2022;
2. Tabela descritiva das tarefas entres os Núcleos que compõem a UPJ;
3. Cartilha de organização de rotinas da UPJ por etiquetas;
4. Lista de armas de fogo pendentes de destinação.
5. Controle de processos envolvendo réus presos provisórios em tramitação na 1ª Vara Criminal;
6. Controle de processos envolvendo réus presos provisórios em tramitação na 2ª Vara Criminal;
7. Controle de processos envolvendo réus presos provisórios em tramitação na 3ª Vara Criminal;
8. Planilha de controle de cumprimento de atos relacionados à realização de audiências;
9. Planilha de controle diário de produtividade dos servidores (mês novembro);
10. Manual de Apresentação do funcionamento da UPJ Criminal da Comarca de Santarém elaborado pela estagiária Ana Gamboa;
11. Manual de etiquetas de primeiro e segundo nível elaborado pela estagiária Ana Gamboa;

Sendo estas as considerações a serem registradas, submete-se este relatório à deliberação final do Exmo. Sr. Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Junior, Corregedor-Geral de Justiça.

Santarém, Pa, 23 de novembro de 2023.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Assinado de forma digital por ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Dados: 2024.02.15 12:59:56 -03'00'

Ana Angélica Abdulmassih Olegário

Juíza Corregedora

TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA:66193290206
Assinado de forma digital por TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA:66193290206
Dados: 2024.02.15 12:46:40 -03'00'

Tatyane Cristina Garcia da Silva

Servidora da Corregedoria Geral